

13 de maio de 1917. O assunto é a carta de um padre a defender-se de um bispo

O caso do padre que vivia com duas mulheres e a quem o bispo de Portalegre ameaçou tirar o poder de dizer missa era o assunto que ocupava os jornais há cem anos, em maio, quando as três crianças de Fátima abriram uma nova via para o culto mariano.



Recorte do jornal "Arauto", de uma das muitas peças escritas sobre o bispo Manuel dos Santos - um contributo para a canonização do prelado. O bispo é o último à direita na foto tirada no santuário de Lourdes

DR

O bispo de Portalegre estava disposto a esquecer o assunto se o padre António da Graça Ribeiro deixasse a mulher com quem vivia e a amante com quem manteria uma relação tempestuosa, ambas mães de filhas suas. E deu-lhe um mês para abandonar as ligações ao sexo feminino senão retirar-lhe-ia todas as faculdades para o exercício de Ordens — esta era a notícia ligada à igreja católica que iria ocupar a opinião pública a partir de 13 de maio de 1917 e levaria republicanos anticlericais a tomarem o partido do prelado.

No dia em que os três pastorinhos regressaram a casa dizendo que lhes tinha saltado ao caminho Nossa Senhora, não houve qualquer referência ao assunto nos periódicos, nem nas edições seguintes, aliás, a primeira notícia a sair sobre as chamadas aparições de Fátima seria a 23 de julho desse ano no jornal "O Século", vinda do correspondente de Torres Novas. A única novidade ligada à religião (novidade para quem não morava em Portalegre ou não lia jornais) era o conflito entre um

padre de 63 anos que há muito fugia à ortodoxia católica e um bispo determinado em fazê-lo obedecer, já que o sacerdote recebera o sacramento da Ordem, ou seja, fora consagrado pastor da igreja, em nome de Cristo.

No final de março, D. Manuel Mendes Conceição dos Santos fizera saber que não iria aguardar muito mais por uma mudança de comportamento por parte do padre que vivia em concubinato. Em ofício, lembrava que, em dezembro de 1916, acabara com as licenças ilimitadas para exercício de Ordens que não tivessem sido por si confirmadas, desde que se tornara o responsável pela Diocese de Portalegre, em maio desse mesmo ano. "Havendo autorizado a título provisório, e só verbalmente, o reverendo presbítero António da Graça Ribeiro a continuar no gozo das faculdades que lhe haviam sido concedidas pelos nossos venerandos antecessores, declaramos que só permitiremos que o aludido presbítero continue nas mesmas condições se de facto se separar e se conservar separado da mulher com quem tem vivido e de qualquer outra com quem tenha tido relações suspeitas".

O padre Ribeiro ficou indignado ou "continuava obstinado", como considerará o bispo na correspondência mantida com António Lino Neto, professor catedrático de 44 anos e futuro dirigente do Centro Católico Português. A ordem de D. Manuel, além de revelar "falta de bom senso e prudência", dadas as circunstâncias em que se encontrava a igreja em Portugal, sete anos após a implantação da República, é um documento "insolente na forma e sujo no objeto". E a indignação, tornou-a pública o próprio reverendo, dias depois de ser suspenso de funções, enviando uma carta ao diretor do "Distrito de Portalegre" a quem rogava a finessa de a publicar, a fim de que todos os seus amigos e inimigos soubessem os "verdadeiros motivos que determinaram o injusto procedimento" por parte da autoridade eclesiástica de Portalegre.

No dia 13 de maio, o "Distrito" publicava o "comunicado" do padre, pondo-se ao lado do "perseguido". O principal argumento do prelado contra a ordem do bispo era o facto de não ser o único prelado a viver maritalmente com uma mulher, mesmo em Portalegre, sentindo-se por isso discriminado. Para Graça Ribeiro, D. Manuel, de 40 anos de idade e um de bispo, comete "uma injustiça, visto que a lei é igual para todos; ora uma injustiça representa um roubo; o roubo em matéria religiosa é um sacrilégio tanto mais grave quanto mais grave fossem as circunstâncias da pessoa, lugar, tempo, etc. que o acompanham".

"Portanto, o bispo cometeu um sacrilégio, e, ipso facto, incorreu em excomunhão, ficando por isso irregular para o exercício das suas Ordens. Daqui não há fugir!... esperamos no entanto do Reverendo Tribunal da Santa Inquisição, estabelecido no Paço Episcopal desta cidade, a resolução do caso para tranquilidade da nossa consciência, um pouco perturbada pela gravidade do assunto", dizia o padre que, no final, pedia desculpa aos seus "colegas no sacerdócio" pela "referência indevida",

porém, era "indispensável para desafrontar a sua dignidade de homens e de sacerdotes. É preciso que se saiba que não somos uns autómatos sem responsabilidade moral, e levantar bem alto a nossa voz contra a opressão do despotismo embora sobre a cabeça do opressor esteja colocada a Mitra!"

O padre António Graça Ribeiro, com 63 anos na altura da suspensão, amara duas mulheres, quando era jovem, mas há 39 anos que, segundo o próprio, optara por viver maritalmente com apenas uma delas, a que tinha a mesma idade que a sua (a outra era mais velha três anos). De cada mulher, porém, tivera uma filha que "educou e a quem fez professoras, tirando o curso na Escola Normal". Entretanto, a filha da "amante" morreu, deixando a mãe sem meios de subsistência, daí que o padre mantivesse a relação para lhe "acudir às necessidades materiais".



Capa do catálogo do arquivo de António Lino Neto que se encontra à guarda do Centro de Estudos de História Religiosa, uma unidade de investigação da Universidade Católica Portuguesa

DR

Nesse dia 13 de maio, D. Manuel escreveu a Lino Neto, ex-secretário-geral do Governo Civil de Beja e figura que ganhará influência ao longo da vida, pedindo-lhe ajuda, principalmente para pôr um travão "de uma vez para sempre ao 'Distrito', para que não tornassem a implicar com o bispo nem com padres". No dia anterior, o responsável pela diocese de Portalegre já prepara o amigo para os problemas que iam surgir, iniciando a carta em latim com a expressão *alea jacta est*, ou seja, "os dados estão lançados", afirmava saber de véspera que iria "romper em toda a imprensa da serra, (incluindo no 'Distrito')", uma "campanha furiosa" contra si, "promovida pelo padre Ribeiro".

Manuel dos Santos, que troca correspondência quase diariamente com Lino Neto, há já algum tempo que se preparava para um embate mais profundo, especialmente a partir do momento em que efetivasse a suspensão. A 8 de maio, o bispo agradecera ao amigo a carta que este lhe enviara por ter completado um ano à frente da diocese de Portalegre, e, embora a polémica ainda não estivesse nos jornais, desde logo, o facto de o professor de Economia Política se ter posto a seu lado, e à disposição, se surgisse a campanha com que parecem ameaçá-lo.

Essa "campanha" pioraria com o apoio dos maçons, os grandes inimigos dos católicos (assim eram julgados mesmo antes da implantação da República em 1910). "É possível que a loja maçónica aproveite o ensejo para pescar mais alguns servos, e por isso mesmo é conveniente esclarecer já a opinião, e de modo algum deve faltar o seu artigo no 'Distrito' de quinta-feira. Seja sereno, expondo a doutrina e fazendo ver que não há injustiça nem perseguição", escreveu o bispo a Lino Neto, a quem dissera, no dia em que o jornal da cidade publicara "o primeiro esguicho de lama" que padre Ribeiro lhe atirara, ter-se tornado "necessário pôr em acção todas as forças naturais e sobrenaturais, sobretudo estas".

De facto, será o também advogado António Lino Neto quem, publicamente, tomará a defesa do bispo fazendo sair artigos na imprensa regional. Porém, só a 20 de maio sairá o primeiro texto, no "Distrito de Portalegre" e intitulado "Em luta pelo bom senso", de resposta a Graça Ribeiro e aos jornais que consideravam tratar-se de uma perseguição ao padre. Para si, o bispo não tinha qualquer espírito de vingança, "porque nunca houve desavenças", apenas "obedeceu a um critério geral de ação moral da Igreja".

Argumentava Lino Neto, na altura vogal da recém-constituída Comissão Central para a Assistência Religiosa em Campanha — organismo criado para coordenar a receção de donativos e o seu envio às tropas portuguesas a lutar em França na I Guerra Mundial —, que um padre com aquele comportamento "não crê na Religião de que se pretende sacerdote; não pode entrar num confessionário para entender o drama humano das consciências; não tem mãos sequer de sofrível delicadeza para levar à boca dos crentes a partícula de branca da Santa Eucarística; nem tem autoridade para vozes de castidade e pureza no tom do Evangelho". E não era "só em face da religião" que a sua situação era de "exprobar", também "em face de todos os sistemas morais conhecidos, até das leis da República".

"Dizer missas, ouvir confissões, pregar bons costumes, e ao mesmo tempo, diante dos olhos do público, enlevado, nos braços de duas mulheres — é coisa que não faz sentido", afirmava Lino Neto, depois de se interrogar porque razão o padre, durante meses admoestado pelo bispo, não se quis separar duma "mulher com quem vivia como marido e de uma outra, que também sustentava ilicitamente, e que com aquela se



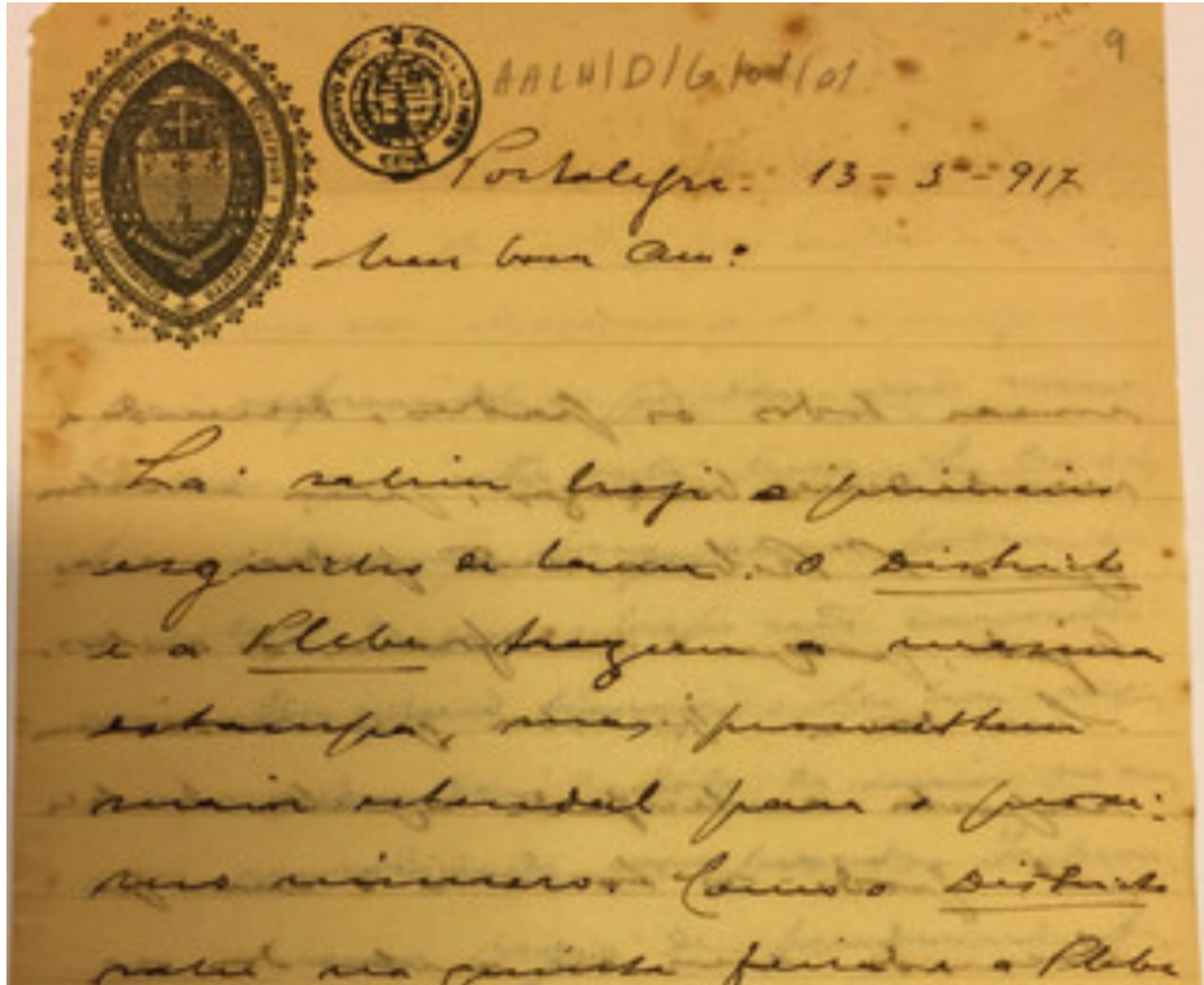
Recorte de "A Capital" de 17 de maio de 1917, sobre o caso do padre Ribeiro. O diário republicano da noite será o único jornal nacional a pegar no assunto

DR

envolvia, por vezes, em conflitos, por ciúmes, como era público, chegando o mesmo padre a ter filhos de ambas".

Talvez o facto de o assunto ter chegado a um jornal nacional no dia 17 de maio tenha contribuído para Lino Neto pôr a sua pena ao serviço do bispo. "Escândalo Eclesiástico — Um sacerdote suspenso por não querer abandonar as filhas que tem educado como homem de bem", titulava "A Capital" para depois dizer que não se falava noutra coisa em Portalegre, de onde a situação extravasara, estando a gerar "discussões e comentários picarescos". Tudo por uma razão, por cobiça de "diversos jesuítas", do lugar bem remunerado que este ocuparia na Câmara Eclesiástica. E a atitude do bispo só "veio demonstrar o facciosismo do seu espírito, que nem ao menos respeita a honradez e a idade de um dos seus mais velhos pastores".

Por outro lado, para o jornal lisboeta, que sempre mostrara o seu lado republicano anticlerical (mais precisamente, antijesuíta), a atitude do padre Ribeiro, cuja carta fora um "protesto sincero", um "grito de alma de um bom cidadão", demonstrava "o seu amor pela família, não deixando ao desamparo essas senhoras que foram as mães de suas



"Lá saiu hoje o primeiro esguicho de lama", assim começa a carta do bispo de Portalegre escrita no dia 13 de maio de 1917 e dirigida a António Lino Neto

DR

filhas" e representava "a verdadeira religião, a religião futura das sociedades modernas, a dedicação pelo seu semelhante, o amor pela família". Mas, cem anos depois deste ideal, a Igreja de Roma continua sem permitir o casamento dos sacerdotes.

Nesse mesmo dia 17, o clero da cidade de Portalegre, entre eles, provavelmente, algum daqueles a quem o padre Ribeiro apontara o dedo como vivendo também com "uma esposa", dirigira-se ao Paço Episcopal para cumprimentar o bispo da diocese e entregar-lhe uma mensagem, na qual apresentavam, "a sua Excelência Reverendíssima", as suas "homenagens de filial respeito e obediência, manifestando-lhe, assim, o seu amor e admiração pelo zelo apostólico de tão sábio, prudente, virtuoso e bondosíssimo Antistite", ou seja magnífico chefe de sacerdotes.

O correspondente de "A Capital" citava a carta publicada no jornal "A Plebe", órgão da Comissão Distrital do Partido Republicano Português em Portalegre, dias depois de o "Distrito" a ter tornado pública. O jornal da cidade, a cujo proprietário D. Manuel intercedeu para que se parasse de falar no assunto, considerava a decisão do bispo "monstruosamente repugnante por pretender atirar para a miséria duas desgraçadas velhas que se algumas culpas tiveram foram as de Madalena a quem Cristo

generosamente envolveu no seu simpático perdão. Por muito amarem um homem sacrificaram-lhe os mais belos anos de vida, a mocidade ativa e laboriosa em que a existência é fácil e fácil é seguir um rumo. Hoje velhas, alquebradas e doentes encontram no trabalho honrado desse homem assegurada a sua existência".

"Como toda a gente também nós concordamos que os pruridos moralisadores do Bispo de Portalegre só não exerceriam contra um padre valido e robusto ou ainda mesmo contra qualquer sacerdote velho que tivesse na família um filho, um irmão ou outro parente próximo que pudesse empunhar o chicote vingador para quem lhe assoalhasse essas coisas melindrosas que são a honra e a dignidade de uma mãe, superiores para um filho, a todos os concílios e a todas as determinações", acrescentava "A Plebe".

Apesar da luta encetada, D. Manuel sentia-se tranquilo, sentia que procedera como o dever lhe impunha. Não fecharia os olhos à situação, como o tinham feito os antecessores. Para si, o presbítero estava "fora da lei" e ele, bispo, fora "tão cruel" que "andara seis meses a instar com o padre Ribeiro, paternal e caridosamente para que pusesse a sua vida em ordem, sem barulho", de modo a que o público nem precisaria de saber que o bispo interviera. "Demais não tem que se queixar, seja coerente: se não quer viver como padre, não tenha a pretensão de dizer missa", acrescentaria ainda num dos desabafos enviados ao "bom amigo" Lino Neto.

Nas missivas ao professor, que também há de ser deputado, o bispo incita-o a escrever e dá-lhe as coordenadas, não que este precisasse de argumentos... As cartas encontram-se no arquivo de António Lino Neto, doado ao Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, mas só as remetidas por D. Manuel, não sendo por isso possível publicitar aqui as considerações mais pessoais que terá dirigido ao reverendo. Serão, no entanto, muito coincidentes com as do amigo, nota-se nos dois textos de defesa que produziu e que levaram o jornal "A Plebe" a chamar-lhe "pseudónimo do bispo de Portalegre".

Maio e a primeira metade do mês seguinte foram passando com angariação de partidários e manifestações de apoio a um lado e outro. "O padre Ribeiro continua obcecado e parece que se fia ainda em amigos pouco dignos. Sei que escreveu a um padre da Beira, escandaloso de guerra(?), com o qual ando a contas, incitando-o à revolta de acordo com outros colegas que não estão em situação regular. Dizia-lhe mais, que o partido republicano estava prevenido e que eu era homem ao mar, por causa da campanha que ia iniciar-se. Vê-se que ele confia no demónio, mas eu confio no Sagrado Coração de Jesus e em Nossa Senhora e portanto estou incondicionalmente no melhor partido", escreverá o bispo, dias antes de uma nova leva de artigos sair nos jornais regionais, em junho, já que os nacionais, aparentemente, não voltarão a tocar no assunto.

O próprio padre Ribeiro, que permaneceu treze dias suspenso, dará por terminado o "ping-pong" de artigos num longo texto publicado a 10 de junho em "A Plebe", no qual responde, em especial, a Lino Neto que fizera publicar na semana anterior. "Louvado seja Deus!... só o padre Ribeiro é que 'pretende continuar numa situação anormal'; só ele é que 'perturba com o seu exemplo o silêncio místico da casa de Deus'!...", dizia o prelado, referindo-se a si próprio na terceira pessoa, negando ser "um indisciplinado", defendendo-se com o facto de ter explicado que a mulher que socorria, "sem intuitos viciosos", era velha e corria o risco de morrer à fome, e aquela que o acompanhava há 39 anos, igualmente idosa, ficaria em situação muito precária se dela se separasse.

Na mesma edição, antes da resposta do padre António Graça Ribeiro, são dedicadas mais de três páginas ao caso. Começa com uma curta resposta do proprietário do jornal, o barão de Gáfete, José Lúcio Gouveia, que se afirma desconhecedor dos textos antes de serem publicados e solicita a publicação que se lhe segue, a carta que recebera de Lino Neto indignado com a notícia local "O jesuitismo em ação" que terá "escapado, na lufa-lufa do jornalismo, à fina observação" do nobre republicano. "Lembro-me que talvez, por 'A Plebe' ser um órgão neste distrito de um partido do governo, o autor da local julgue que é precioso defender quaisquer leis da República. Mas o caso do sr. Padre Ribeiro é um caso de união sexual ilícita com duas mulheres; e tais uniões são desfavoráveis por essas leis", dizia o professor, concretizando neste parágrafo a tónica da missiva. O outro artigo na edição de 10 de junho, igualmente longo, não está assinado, portanto, entende-se que seja em nome do jornal, e termina assim: "Porque é que o bispo de Portalegre embirrou unicamente com as mulheres do padre Ribeiro? Por serem velhas?"

"E ponto final. Pode o sr. dr. [Lino Neto] dizer tudo o que entender que não nos incomodamos mais a responder-lhe. Toda a cidade de Portalegre nos conhece; fragilidades todos os homens as têm; e, alguns, mais graves do que aquelas de que nos acusam; o tempo se encarregará de o demonstrar; a nossa consciência fica tranquila", terminava o padre Ribeiro não antes de reafirmar que, por parte do bispo de Portalegre, "houve manifesta má vontade" para consigo: "incomodava-se com a sua presença?!... fosse franco, que o padre Ribeiro de boa mente deixaria de subir as escadas da sua residência, o que aliás só fazia por dever de ofício".

"Confio em Deus e a feliz circunstância de estarmos no mês de Maria faz-me esperar que Nossa Senhora que sempre me tem protegido, tomará esta causa à sua conta. Ela se compadeça do pobre padre transviado que vai dar um passo tão desastroso", escrevera no início da contenda o bispo. E outras causas surgiram e o caso do padre Ribeiro foi, de facto, esquecido... até hoje.